



1 **Ata da 9ª Sessão Plenária Ordinária de 2015**
2 **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP**

3 Aos 17 de setembro de 2015, no “Auditório Palácio de Versailles” do Hotel Braston Augusta,
4 situado na Rua Augusta, 467, São Paulo - SP, teve início às 15h40 a 9ª Sessão Plenária Ordinária
5 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP, sob a direção do Presidente do
6 conselho **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**. Assinaram a lista de
7 presença 61 (sessenta e um) conselheiros, sendo 55 (cinquenta e cinco) conselheiros titulares, 4
8 (quatro) suplentes em exercício da titularidade, sendo: Caio Santo Amore de Carvalho, Cristiano
9 Antonio Morales Jorge e Douglas Ellwanger e Antonio João Malícia e 2 (dois) suplentes de
10 conselheiro titular. A Sessão Plenária contou ainda com a presença do conselheiro federal
11 suplente do CAU/BR por São Paulo Luiz Augusto Contier e do ouvidor do CAU/SP Affonso Risi. **A)**
12 **VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM:** Foi verificado quórum de 54 (cinquenta e quatro) conselheiros
13 entre titulares e suplentes no exercício da titularidade para o início dos trabalhos, conforme consta
14 na lista de presença. Para compor à Mesa, o Presidente convidou o vice-presidente Valdir
15 Bergamini, o conselheiro federal suplente do CAU/BR por São Paulo Luiz Augusto Contier e o
16 ouvidor do CAU/SP Affonso Risi. **B) ABERTURA DA 9ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO**
17 **CAU/SP DE 2015. C) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** O Presidente informou
18 que como já havia sido realizada a execução do Hino Nacional Brasileiro na presente data, não
19 haveria necessidade de uma nova execução. **D) APROVAÇÃO DA ATA DA 8ª SESSÃO**
20 **PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 20/08/2015.** Não havendo manifestações, o Presidente colocou em
21 votação a aprovação da ata. Encerrada a votação, houve 51 (cinquenta e um) votos a favor,
22 nenhum voto contrário e 04 (quatro) abstenções. APROVADA a Ata da 8ª Sessão Plenária
23 Ordinária. Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** registra que os
24 conselheiros receberam a pauta e propõe inversão da ORDEM DO DIA, com a discussão do **Item**
25 **5 – Apreciação e Aprovação do Segundo Relatório Quadrimestral de 2015** como primeiro
26 ponto, no sentido de aproveitar a presença dos funcionários da Diretoria Financeira. Consulta o
27 plenário se há alguma manifestação em contrário. Não havendo, a inversão da pauta é
28 APROVADA, sendo solicitado ao conselheiro titular **EDSON JORGE ELITO**, coordenador adjunto
29 da Comissão Permanente de Orçamento e Contas - CPOC que faça a apresentação.
30 Cumprimentando a todos, o coordenador adjunto da Comissão e conselheiro titular **EDSON**
31 **JORGE ELITO** agradece, em nome da Diretoria Financeira à toda Diretoria que, além de suas
32 tarefas, teve que gerar seus Relatórios; agradece também às Comissões e à equipe da Diretoria
33 Financeira. Inicia a apresentação comentando que a projeção da primeira lâmina trata das
34 Receitas, destacando ser interessante observar que a previsão inicial de arrecadação total do
35 CAU/SP era de R\$ 30.714.590,00 (trinta milhões, setecentos e quatorze mil, quinhentos e noventa
36 reais). Que foi realizado no primeiro quadrimestre R\$ 13.837.979,00 (treze milhões, oitocentos e
37 trinta e sete mil, novecentos e setenta e nove reais). Que no segundo quadrimestre foi realizado
38 R\$ 9.426.854,00 (nove milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta e quatro



39 reais). Que o realizado, em termos de receita até agora, foi de R\$ 23.264.833,00 (vinte e três
40 milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta e três reais), perfazendo um total de
41 75,75% (setenta e cinco vírgula setenta e cinco por cento) do total previsto na primeira
42 reformulação. Que em termos de anuidade, estava previsto R\$ 13.509.862,00 (treze milhões,
43 quinhentos e nove mil, oitocentos e sessenta e dois reais). Que foi realizado no primeiro
44 quadrimestre R\$ 8.091.000,00 (oito milhões e noventa e um mil reais), no segundo quadrimestre
45 foi realizado R\$ 2.929.566,00 (dois milhões, duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e
46 seis reais). Que o total realizado de receita, em termos de anuidade acumulada até agora, foi de
47 R\$ 11.496.000,00 (onze milhões, quatrocentos e noventa e seis mil reais), o que significa 85,10%
48 (oitenta e cinco vírgula dez por cento). Que o total previsto já com a primeira reformulação em
49 termos de arrecadação era de R\$ 34.764.590,00 (trinta e quatro milhões, setecentos e sessenta e
50 quatro mil, quinhentos e noventa reais). Que foi realizado no primeiro quadrimestre R\$
51 15.762.986,00 (quinze milhões, setecentos e sessenta e dois mil, novecentos e oitenta e seis
52 reais). Que no segundo quadrimestre foi realizado R\$ 10.996.870,00 (dez milhões, novecentos e
53 noventa e seis mil e oitocentos e setenta reais), perfazendo um total de R\$ 26.759.856,00 (vinte e
54 seis milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais), equivalendo
55 a arrecadação de 77% (setenta e sete por cento), o que significa que estamos chegando muito
56 próximo da previsão da primeira reformulação. Na continuidade, são apresentados outros dados
57 relativos à arrecadação onde é ressaltado que, em relação aos RRTs, na primeira reformulação
58 estava previsto arrecadação de R\$ 16.584.951,00 (dezesseis milhões, quinhentos e oitenta e
59 quatro mil, novecentos e cinquenta e um reais), e que até agora foi realizado R\$ 11.768.455,00
60 (onze milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais)
61 equivalendo a 70,96% (setenta vírgula noventa e seis por cento), o que também está muito dentro
62 do previsto. Que se formos comparar o gráfico da previsão com o gráfico do realizado em termos
63 de receita, eles estão muito próximos um do outro. E uma informação interessante também,
64 apesar de não estar na apresentação, é que a receita proveniente dos RRTs está se mantendo
65 estável em R\$ 1.580.000,00 (um milhão, quinhentos e oitenta mil reais) por mês. Que, nesse
66 contexto, precisaríamos entender, a partir dos dados, que RRTs são esses que estão sendo
67 recolhidos, num momento em que há uma percepção geral de crise. Que há várias hipóteses
68 quanto a isso, desde a obtenção de CATs até a obrigatoriedade exigida pelos síndicos quando de
69 reformas em apartamentos. Que o total das receitas de arrecadação realizado é de R\$
70 23.985.000,00 (vinte e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil reais), equivalendo a 78,09%
71 (setenta e oito vírgula nove por cento) do previsto. O conselheiro titular **EDSON JORGE ELITO**
72 apresenta e comenta gráfico referente às receitas do CAU/SP, solicitando ao funcionário da
73 Diretoria Financeira **MESAQUE ARAÚJO DA SILVA** para complementar algumas informações.
74 Fazendo uso da palavra, **MESAQUE ARAÚJO DA SILVA** cumprimenta aos conselheiros e
75 esclarece que a variação apontada no gráfico em tela decorre da variação da Taxa SELIC, já que
76 na medida que essa Taxa sobe, automaticamente ocorre variação nos resultados das aplicações
77 financeiras. Que, no caso, há uma condicionalidade decorrente da quantidade de arrecadação que



78 ainda vamos obter em relação às anuidades e multas dos inadimplentes para com o CAU/SP.
79 Portanto, isso depende em certa medida de campanha que está para ser iniciada através de e-
80 mails, no sentido de observar aos arquitetos a situação em que se encontram e para que se
81 regularizem junto ao Conselho. Em continuidade, o conselheiro titular **EDSON JORGE ELITO**
82 apresenta a tela relativa às Despesas do CAU/SP no segundo quadrimestre. Informa que foi
83 realizado em termos de despesa corrente um total de R\$ 8.741,083,00 (oito milhões,
84 setecentos e quarenta e um mil e oitenta e três reais). Que somando todos os quadrimestres até
85 agora foi realizado o total de despesas de R\$ 16.175.813,00 (dezesesseis milhões, cento e setenta e
86 cinco mil, oitocentos e treze reais) dentro de um universo projetado para 2015 de R\$
87 34.241.299,00 (trinta e quatro milhões, duzentos e quarenta e um mil, duzentos e noventa e nove
88 reais), estimando-se portanto que ainda falta para ser realizado R\$ 18.065.486,00 (dezoito
89 milhões, sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais), ou seja, que gastamos 47%
90 (quarenta e sete por cento) do estimado. Apresentando a lâmina seguinte da projeção, comenta
91 que ela é um extrato de todos os projetos das Diretorias. Que esse material, integra o Relatório de
92 Gestão, que foi encaminhado a todos os conselheiros. Finalizada a apresentação do conselheiro
93 titular **EDSON JORGE ELITO** o Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
94 **BELLEZA** abre a palavra para manifestação dos conselheiros. O conselheiro titular **EDER**
95 **ROBERTO DE SILVA**, após saudar o presidente, a mesa e o plenário, apresenta sugestão à
96 CPOC para que, por iniciativa de São Paulo, seja feito um acompanhamento na evolução dos
97 números junto aos outros CAUs/UF, por que aquilo que acontece em nosso estado não é a
98 mesma realidade de restante do país, pela produção aqui verificada e o que significamos na
99 economia e na cadeia produtiva do Brasil; que a depender do que acontece, se houver uma
100 situação desfavorável, isso demora mais para ser sentido no Estado de São Paulo, o que pode
101 levar a que assumamos muitas contas depois; que seja aberto algum tipo de expediente interno
102 pela Comissão ou pela Diretoria para acompanhar a evolução das emissões de RRTs em outros
103 estados; que não devemos nos descolar do que acontece no restante do país, no sentido de nos
104 prepararmos para eventuais imprevistos. Finalizando, comenta sobre item apresentado relativo às
105 contas e contabilidade públicas, onde há um grande apetite na arrecadação junto aos
106 inadimplentes; que não é ação de governo e sim da Escola Nacional de Administração Pública –
107 ENAP; que é necessário valorizar todas as campanhas e iniciativas com relação a inadimplência,
108 pois cada vez mais seremos exigidos pelo TCU com maior rigor, e não podemos ter rescisão de
109 receita, pois isso é mais grave do que o equilíbrio em relação ao orçamento e despesa. Que é
110 necessário ter atenção com isso, pois se pela legislação esse acompanhamento deva ocorrer
111 após o quinto ano do Conselho, essas políticas deveriam ser geradas agora, para evitar
112 problemas e fazer as formulações necessárias. O Diretor Financeiro conselheiro titular **JOSÉ**
113 **BORELLI NETO** saúda a todos e agradece as observações do conselheiro titular **EDER**
114 **ROBERTO DE SILVA**, informando que o acompanhamento sugerido já vem sendo feito, e que há
115 CAUs/UF de certo porte que tiveram queda na arrecadação, um deles com cerca de 18% (dezoito
116 por cento) de diminuição. Informa que o CAU/SP já está começando a trabalhar no Plano de Ação



117 de 2016 e que a orientação do CAU/BR foi de que tenhamos uma correção de receita de 19,92%
118 (dezenove vírgula noventa e dois por cento), o que ele achou muito elevado diante do atual
119 cenário e o horizonte para o próximo ano; que há uma reivindicação do CAU/SP para que esse
120 percentual apresentado pelo CAU/BR seja ajustado. Em relação à renúncia de receita, informa
121 que está sendo iniciado um processo onde está se buscando atualizar o banco de dados,
122 identificando os profissionais que estão ativos; que está sendo finalizado um convênio com os
123 Cartórios para que o CAU possa obter a Certidão de Óbito de colegas falecidos de forma a tirá-los
124 da base de dados dos profissionais; que com o sistema do SICCAU mais atualizado, isso facilitará
125 também nos processos relativos à arrecadação. O conselheiro titular **SILVIO ANTONIO DIAS**
126 saúda os presentes e indaga o patamar que nos encontramos em relação à inadimplência dos
127 profissionais e das empresas. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
128 **BELLEZA** informa que é cerca de 3% (três por cento) a 4% (quatro por cento) abaixo do ano
129 passado. O Diretor Financeiro conselheiro titular **JOSÉ BORELLI NETO** comenta que está se
130 buscando apropriar melhor algumas informações, pois há arquitetos que aparecem como
131 inadimplentes no sistema, mas que na realidade, pode ser que estejam inativos, por falecimento
132 ou outro motivo; que isso está sendo mapeado; que o sistema que o CAU/BR está implantando
133 agora no SICCAU vai possibilitar, até o final do ano segundo informado, ter essas informações
134 com maior segurança; que pelos números de hoje, a inadimplência é da ordem de 13% (treze por
135 cento) a 15% (quinze por cento), o que não deve refletir a realidade. O conselheiro titular **SILVIO**
136 **ANTONIO DIAS** sugere que seja feito parcelamento àqueles que estão inadimplentes, dado a
137 situação econômica atual. O Diretor Financeiro conselheiro titular **JOSÉ BORELLI NETO**
138 esclarece que haverá parcelamento e informa que o CAU/SP está levando como reivindicação ao
139 CAU/BR que os arquitetos que estejam inadimplentes há mais de 3 (três) anos, fique
140 caracterizado o seu desligamento do Conselho; que quando o profissional voltar ao sistema, ele
141 pagará somente os 3 (três) anos em aberto, e que isso aliado ao parcelamento favorecerá os
142 profissionais para que voltem à ativa; que é sabido que há muitos profissionais que são
143 professores e não pagam o Conselho (já desde o Conselho anterior), alguns há cerca de 20 (vinte)
144 anos; que se ele tiver que pagar as anuidades correspondentes a esse período, isso não será
145 feito. Que para a proposta de São Paulo passar a valer, precisa vir de uma Resolução do CAU/BR.
146 O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** complementando a fala
147 do Diretor Financeiro conselheiro titular **JOSÉ BORELLI NETO** informa que esteve presente na
148 reunião que discutiu do Centro de Serviços Compartilhados – CSC e o Fundo de Apoio que
149 congrega a contribuição de todos os CAUs/UF ao CAU/BR para os CAUs menores, e houve
150 grande discussão diante da preocupação dos CAUs/UF com relação a esse pagamento, na
151 perspectiva do ano que vem, pois como foi dito, houve CAU/UF que teve recuo de receita da
152 ordem de 18% (dezoito por cento), o que é bastante. Diante disso, houve uma redução
153 considerável do aumento dos valores ao CSC e do Fundo de Apoio. Que em São Paulo, tivemos
154 um aumento de RRTs, mas uma redução no pagamento de anuidades de pessoas físicas e
155 jurídicas; que o que tem compensado é a aplicação financeira dos recursos do CAU/SP; que as



156 despesas do CAU/SP devem observar o cenário de possível diminuição de receita. O Presidente
157 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** passa a palavra ao conselheiro federal
158 suplente do CAU/BR por São Paulo **LUIZ AUGUSTO CONTIER** que cumprimenta a todos e
159 comenta que, há muitos anos atrás, o MEC solicitou que os Coordenadores de Curso oferecessem
160 algum sistema de acompanhamento de egressos; que naquela época apareceu um instrumento
161 que ele achou possível que era o “Orkut”; que ele criou um grupo de alunos e ex-alunos que
162 depois migrou para o face-book e que se mantém ativo, com cerca de três mil ex-alunos; que não
163 é uma ferramenta científica, mas que as notícias que tem aparecido são assustadoras, em relação
164 a vários profissionais que estão fora do mercado de trabalho por terem sido dispensados, inclusive
165 de grandes escritórios. Enquanto conselheiro da FIESP tem defendido a cadeia produtiva da
166 construção civil, com muitos elos, onde se demorou muitos anos para inserir Projeto como um dos
167 elos dessa cadeia, já que normalmente são considerados elos as indústrias, os fabricantes; que
168 aos poucos, num trabalho de quase 20 (vinte) anos se conseguiu inserir projeto e, depois outro
169 elo, projeto de arquitetura mais especificamente. Que a FIESP tem produzido anualmente um
170 seminário denominado “ConstruBusiness” onde se procura tratar de toda a cadeia produtiva da
171 indústria da construção civil, e o que se percebe é que a indústria automobilística, que contempla
172 um número muito pequeno de empresas, por qualquer questão menor, consegue se fazer ouvir,
173 sendo atendida pelos governos, com redução de impostos, etc. Que a construção civil é uma
174 cadeia produtiva com milhares de participantes, seja em projetos, construção, fabricação, etc.,
175 mas muito desunida; que se não houver uma manifestação em uníssono, será difícil que
176 consigamos obter resultado satisfatório. Externa sua preocupação pessoal e manifesta seu
177 entendimento de que o CAU deveria contratar ou uma pesquisa ou um Instituto de Pesquisas para
178 ver como enfrentar essa situação atual. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
179 **OLIVEIRA BELLEZA** passa a palavra ao conselheiro titular **JOSÉ ANTONIO LANCHOTI**,
180 informando que durante sua fala as inscrições serão encerradas. O conselheiro titular **JOSÉ**
181 **ANTONIO LANCHOTI** cumprimenta a todos e informa que a Comissão de Ensino e Formação -
182 CEF do CAU/BR em parceria com a ABEA está fazendo uma pesquisa com os ex-alunos; que
183 algumas escolas passaram as listas de seus ex-alunos para a CEF - CAU/BR e eles fizeram
184 levantamento dos RRTs preenchidos por esses ex-alunos: aonde estão e qual o tipo de RRT estão
185 emitindo; que com isso, estão fazendo um mapeamento de aonde esses profissionais estão indo,
186 em que áreas estão atuando, em que regiões do Brasil está ocorrendo concentração, aumento ou
187 diminuição de profissionais; que em breve, o CAU/BR através da CEF – CAU/BR em parceria com
188 a ABEA conseguirá fornecer alguns dados para todos os estados. A seguir o Presidente
189 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** encaminha para votação do **Item 5 –**
190 **Apreciação e Aprovação do Segundo Relatório Quadrimestral de 2015**. Encerrada a votação,
191 houve 55 (cinquenta e cinco) votos a favor, nenhum voto contrário e 01 (uma) abstenção.
192 APROVADO. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** informa
193 que, pela ORDEM DO DIA, será discutido o Item 1) 2ª Conferência Estadual de Arquitetos e
194 Urbanistas do CAU/SP: a) Aprovação do Regimento Interno da Conferência; b) Aprovação do



195 Texto Base da Conferência. Informa que o texto base encaminhado aos conselheiros foi para
196 conhecimento e não necessita ser aprovado. Convida o coordenador da Comissão conselheiro
197 titular **RONALD TANIMOTO CELESTINO** para que faça apresentação da Conferência e do
198 Regimento. O coordenador da Comissão cumprimenta os presentes e relembra que na última
199 Plenária foi feita uma apresentação da Conferência; que hoje está sendo colocado para
200 apreciação e aprovação pelos conselheiros, o Regimento Interno da Conferência; que antes de
201 entrar na discussão específica do Regimento, pretende mostrar como foi montado o formato da 2ª
202 Conferência que se realizará nos dias 25 e 26 de novembro de 2015, sendo que antes ocorrerão
203 as Conferências Regionais; que foi considerado como positivo que, para essa Conferência, já
204 temos estabelecidas as Sedes Regionais do CAU/SP; que, portanto, nas cidades das Sedes serão
205 realizadas as Conferências Regionais do CAU/SP a partir do dia 24 de setembro próximo,
206 iniciando-se pela Conferência Regional de São Paulo; que no processo de escolha dos locais, pela
207 Comissão com aprovação da Diretoria, foi dado preferência, no interior, aos locais de relevância e
208 de significado público, tais como as Câmaras Municipais ou Prefeituras Municipais. O tema da 2ª
209 Conferência será “O Arquiteto, o Projeto e a Qualidade do Ambiente Construído”; que por ser uma
210 Conferência, tem por finalidade informar as atividades do CAU, avaliar e “conferir” o estado da
211 profissão, e receber propostas. Para isso, foram definidos 5 (cinco) eixos temáticos para
212 discussão: Eixo 1 - Resolução 51 – Atribuição do Arquiteto; Eixo 2 – Projeto Executivo e Qualidade
213 do Ambiente Construído; Eixo 3 – Ética – Reserva Técnica e suas Implicações; Eixo 4 –
214 Honorários Profissionais; Eixo 5 – Educação e a Formação Continuada. Informa que está sendo
215 colocado para apreciação dos conselheiros o Regimento Interno. Cita que, conforme já informado
216 na Plenária anterior, a Comissão Especial de Organização da 2ª Conferência é composta por
217 cinco membros titulares: ele, **RONALD TANIMOTO CELESTINO** coordenador, pela conselheira
218 titular e coordenadora adjunta da Comissão Especial **ROSANA FERRARI**, pela conselheira titular
219 e relatora **CLAUDETE LOPES**, pelo conselheiro titular **EDSON JORGE ELITO**, pelo conselheiro
220 titular **MARCELO MARTINS BARRACHI**, e pelos membros substitutos, conselheiro titular **PEDRO**
221 **FIORI ARANTES** e conselheiro titular **JOSÉ RENATO SOIBELMANN MELHEM**. Agradece a
222 presença dos dois diretores convidados, que muito ajudaram nos trabalhos da Comissão, a
223 Diretora de Ensino e Formação e conselheira titular **DÉBORA FRAZATTO** e o Diretor de Relações
224 Institucionais e conselheiro titular **CARLOS PUPO**. Agradece também ao coordenador da
225 Comissão Especial de Comunicação e conselheiro titular **ANTONIO CELSO MARCONDES** que
226 participou como convidado de algumas reuniões da Comissão Especial de 2ª Conferência. Cita
227 novamente o que já havia sido apresentado em relação à Conferência; que ela será aberta a
228 participação de convidados não arquitetos, mas que somente serão escolhidos como
229 representantes nos encontros regionais para estarem presentes na Conferência Estadual,
230 arquitetos e urbanistas. Apresenta a dinâmica proposta para as Conferências Regionais,
231 destacando que as propostas de cada Regional serão encaminhadas à Conferência Estadual.
232 Apresenta a distribuição de representantes por região, destacando que a escolha ocorrerá após os
233 debates dos eixos temáticos; que a distribuição apresentada foi feita com base no número de



234 profissionais regularmente registrados no nosso Conselho. Apresenta a distribuição, em tela, com
235 a seguinte composição, proporcional aos profissionais inscritos no sistema dentro do Estado de
236 São Paulo: Capital com 16 (dezesesseis representantes), Bauru com 4 (quatro) representantes,
237 Campinas com 8 (oito) representantes, Mogi das Cruzes com 2 (dois) representantes, Presidente
238 Prudente com 2 (dois) representantes, Ribeirão Preto com 6 (seis) representantes, Santos com 4
239 (quatro) representantes, ABC com 4 (quatro) representantes, São José dos Campos com 4
240 (quatro) representantes, São José do Rio Preto com 2 (dois) representantes, e Sorocaba com 4
241 (quatro) representantes. A dinâmica será dada pelos coordenadores regionais, que já foram
242 anteriormente escolhidos e que darão o apoio local e serão os responsáveis por sistematizar e
243 encaminhar as propostas para a Conferência Estadual. Comenta que o atual Regimento está
244 bastante similar ao da Conferência anterior, registrando que no começo dos trabalhos da atual
245 Comissão, foi convidado para participar de uma reunião o coordenador da Conferência anterior, o
246 conselheiro titular **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR** que relatou sua experiência, o que auxiliou na
247 definição dos caminhos a seguir. Finaliza sua apresentação conclamando aos colegas arquitetos
248 que são lideranças no interior para se engajarem na preparação das Conferências Regionais. A
249 seguir, apresenta o calendário proposto pela Comissão: dia 24/09/2015 Conferência Regional de
250 São Paulo (capital); dia 29/09/2015 Conferência Regional de São José do Rio Preto; dia
251 02/10/2015 Conferência Regional do ABC; dia 03/10/2015 Conferência Regional de Mogi das
252 Cruzes; dia 08/10/2015 Conferência Regional de Santos; dia 17/10/2015 Conferência Regional de
253 São José dos Campos; dia 20/10/2015 Conferência Regional de Ribeirão Preto; dia 23/10/2015
254 Conferência Regional de Bauru; dia 30/10/2015 Conferência Regional de Sorocaba; dia
255 05/11/2015 Conferência Regional de Presidente Prudente; e dia 06/11/2015 Conferência Regional
256 de Campinas. Nos dias 25 e 26/11/2015 a Conferência Estadual. Que em todos esses locais, à
257 exceção de São Paulo (capital) conforme citado anteriormente os eventos ocorrerão em locais
258 públicos e de relevância. Finda a apresentação o Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
259 **OLIVEIRA BELLEZA** abre a palavra aos presentes. O conselheiro titular **LÚCIO GOMES**
260 **MACHADO** coloca que há algum tempo foi feita uma exposição de um censo feito aqui no Estado
261 de São Paulo, onde aparecia, salvo engano seu, que a capital tinha metade dos profissionais do
262 Estado e que a Grande São Paulo representava 70% (setenta por cento). Com base nisso, diz que
263 não consegue entender a lógica proposta para a representação regional, onde Campinas tem
264 metade dos representantes da capital. Pergunta qual o critério adotado para essa representação.
265 O coordenador da Comissão **RONALD TANIMOTO CELESTINO** explica que o critério adotado foi
266 o dos arquitetos registrados geograficamente em cada região. O conselheiro titular **EDSON**
267 **JORGE ELITO**, explica que houve um critério adotado pela Comissão. O conselheiro titular **LÚCIO**
268 **GOMES MACHADO** entende que a representação proposta traz uma distorção; questiona qual o
269 critério utilizado e que a forma de escalonamento, a seu ver, está exagerada. A conselheira titular
270 e coordenadora adjunta da Comissão **ROSANA FERRARI** explica que para o critério de
271 proporcionalidade adotado foram utilizados dados fornecidos pelo próprio CAU. Abre-se a
272 discussão e o Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** pergunta ao



273 conselheiro titular **LÚCIO GOMES MACHADO** se ele quer apresentar uma proposta em relação à
274 representatividade de São Paulo (capital). O coordenador da Comissão **RONALD TANIMOTO**
275 **CELESTINO** lê a distribuição de arquitetos nas regionais que deu origem à proposta de número de
276 representantes. Começa pela região de Presidente Prudente que contem 54 (cinquenta e quatro)
277 municípios e possui total de 371 (trezentos e setenta e um) arquitetos, sendo que ativos, 290
278 (duzentos e noventa) profissionais. A região de São José do Rio Preto tem 991 (novecentos e
279 noventa e um) arquitetos ativos, em 137 (cento e trinta e sete) municípios. A região de Bauru tem
280 1.024 (hum mil e vinte e quatro) arquitetos ativos em 90 (noventa) municípios. A região de
281 Campinas tem 4.217 (quatro mil duzentos e dezessete) arquitetos ativos em 92 (noventa e dois)
282 municípios. A região de Santos tem 1.393 (hum mil trezentos e noventa e três) arquitetos ativos
283 em 23 (vinte e três) municípios. A região de Sorocaba tem 1.174 (hum mil, cento e setenta e
284 quatro) arquitetos ativos em 79 (setenta e nove) municípios. A região de São José dos Campos
285 tem 1.998 (hum mil, novecentos e noventa e oito) arquitetos ativos em 39 (trinta e nove)
286 municípios. A região de Ribeirão Preto tem 2.105 (dois mil, cento e cinco) arquitetos ativos em 96
287 (noventa e seis municípios). A região Metropolitana de São Paulo tem 20.325 (vinte mil, trezentos
288 e vinte e cinco) arquitetos ativos em 28 (vinte e oito) municípios. A região do ABC tem 1.978 (hum
289 mil, novecentos e setenta e oito) arquitetos ativos em 7 (sete) municípios. A região de Mogi da
290 Cruzes tem 864 (oitocentos e sessenta e quatro) arquitetos ativos em 6 (seis) municípios. O
291 conselheiro titular **ÉDERSON DA SILVA** se manifesta em concordância com o conselheiro titular
292 **LÚCIO GOMES MACHADO**, pois também entende que a representação proposta está destorcida
293 pelo critério utilizado, já que Região de São José do Rio Preto que possui quase três vezes mais
294 profissionais que a Região de Presidente Prudente possui o mesmo número de representantes. O
295 conselheiro titular **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR** comenta que quando da Primeira Conferência,
296 os representantes eleitos tinham a função de trazer para a Conferência Estadual as propostas dos
297 Encontros Regionais e garantir que elas fossem debatidas e votadas na Conferência Final.
298 Entende que a Conferência é aberta a todos os arquitetos e que, portanto, ela não deve ser
299 transformada num pequeno Congresso de “iluminados eleitos”; que não se deve restringir e fazer
300 disputas eleitorais e sim ser aberta para que a sociedade, apesar do temário estar mais
301 diretamente ligado à profissão. Que se a ideia for de se um colégio eleitoral para ocorrer disputa,
302 então concorda com a posição do conselheiro titular **LÚCIO GOMES MACHADO**, para que se
303 faça de acordo com a proporcionalidade, inclusive por que haverá custos para trazer esses
304 representantes à Conferência Estadual. Entende que a questão colocada quanto à participação é
305 mais de ordem conceitual do que numérica. Estranha que o Regimento atual está muito parecido
306 com o Regimento da Conferência anterior e que a proposta da Conferência anterior era de que ela
307 fosse aberta aos profissionais e não feita para representação por delegados. O conselheiro titular
308 **AFONSO CELSO BUENO MONTEIRO** informa que, enquanto um dos coordenadores da
309 Conferência de São José do Rio Preto, participou de uma reunião com a Comissão Especial da 2ª
310 Conferência e que se lembra que na reunião, também questionou a distribuição numérica; que
311 comparando sua região com a de Sorocaba, onde há uma diferença da ordem de apenas 180



312 (cento e oitenta) arquitetos, o número de representantes de da Região de Sorocaba é o dobro da
313 Região de São José do Rio Preto; entende ele, portanto, que há uma distorção e que isso precisa
314 ser resolvido. O coordenador da Comissão **RONALD TANIMOTO CELESTINO** em resposta às
315 colocações feitas, comenta que, do seu ponto de vista, a Conferência está participativa, sim, e
316 cujo foco não está na preocupação de eleger representantes já que, como aprovado pelo plenário,
317 ela será aberta a todos, profissionais ou não. Quanto a desproporcionalidade na representação
318 colocada por alguns conselheiros, coloca que a ideia foi de se partir de um número e, a partir dele,
319 desenvolver o debate; que pelo critério “de corte” adotado pela Comissão, as regiões com até
320 1.000 (hum mil) profissionais teria o mínimo de 2 (dois) representantes; que outro corte seria em
321 regiões com 2.000 (dois mil) profissionais; outro seria em regiões com 4.000 (quatro mil)
322 profissionais; e a partir de 10.000 (dez mil) profissionais outra linha de corte; que esses critérios
323 foram aprovados e estão em ata de reunião da Comissão. O conselheiro titular **MÁRIO**
324 **YOSHINAGA** pede Questão de Ordem e pergunta ao coordenador da Comissão qual o papel, e o
325 que farão os representantes eleitos nas Conferências Regionais. O coordenador da Comissão
326 **RONALD TANIMOTO CELESTINO** esclarece que ao representante caberá encaminhar e
327 defender, na Conferência Estadual, as propostas oriundas da Conferência de sua região,
328 propostas essas que serão sistematizadas pelos coordenadores das Conferências Regionais; que
329 na verdade, o representante é escolhido “para trabalhar”, estando presente também na Comissão
330 de Sistematização. O conselheiro titular **EDER ROBERTO DE SILVA** pergunta ao coordenador da
331 Comissão se haverá votação na Conferência Estadual e quem votará. Em resposta, o
332 coordenador da Comissão **RONALD TANIMOTO CELESTINO** esclarece que haverá votação e
333 todos os arquitetos presentes poderão votar, independentemente de serem representantes das
334 regiões ou não. Em continuidade, o conselheiro titular **EDER ROBERTO DE SILVA** comenta que,
335 se está mantido o caráter de ampla participação dos arquitetos presentes, entende que é possível
336 simplificar a participação, pois acha desnecessário quantificar, já que ao representante eleito
337 caberá cumprir o papel de fazer chegar e sistematizar as propostas apresentadas. Nesse sentido,
338 propõe que sejam indicados 3 (três) representantes, independentemente do local, como porta-
339 vozes das demandas e propostas, sendo que esses representantes também participarão das
340 mesas de relatoria. O conselheiro titular **LÚCIO GOMES MACHADO** concorda com a fala do
341 conselheiro que o antecedeu, entendendo que o representante, como dito, será o porta-voz da
342 Conferência Regional, não sendo necessário, desta feita, um grande número, pois um documento
343 feito por 16 (dezesesseis) representantes, na Conferência Estadual terá o mesmo peso de um outro
344 documento feito por 2 (dois) representantes; que não faz sentido e que gerará custo
345 desnecessário ao Conselho; que o papel daqueles que forem eleitos nas regionais será o de
346 relatores e propõe a eleição de apenas 1 (hum) relator por região. O coordenador da Comissão
347 **RONALD TANIMOTO CELESTINO** entende que a manifestação do conselheiro titular **EDER**
348 **ROBERTO DE SILVA** e do conselheiro titular **LÚCIO GOMES MACHADO** são antagônicas, pois o
349 primeiro aponta para que se considere o “notório saber” para levar a proposta para a Conferência
350 Estadual enquanto o segundo recusa o “notório saber” colocando que qualquer profissional pode



351 trazer as propostas; que das duas propostas apresentadas, pelo que vivenciou na Conferência
352 anterior quando participou da Conferência Regional de Campinas, entende que a escolha de
353 apenas 3 (três) representantes não consegue atender nem o critério apontado pelo conselheiro
354 titular **LÚCIO GOMES MACHADO**, nem o critério apontado pelo conselheiro titular **EDER**
355 **ROBERTO DE SILVA** já que alguém pode sentir que não conseguiu encaminhar sua proposta na
356 Conferência Regional. Que o critério adotado pela Comissão foi o de permitir maior participação
357 dentro do escalonamento, segundo o registro do CAU, dos profissionais nas Regiões do Estado,
358 entendendo ele ser esse critério mais justo. Abre-se a discussão e o Presidente **GILBERTO**
359 **SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** passa a palavra à conselheira titular e
360 coordenadora adjunta **ROSANA FERRARI** que, junto com o coordenador da Comissão **RONALD**
361 **TANIMOTO CELESTINO** com base em apontamentos feitos, falam do critério adotado pela
362 Comissão, uma vez que por questões operacionais do local da Plenária não estavam conseguindo
363 abrir a ata aprovada pela Comissão. A conselheira titular **DÉBORA FRAZATTO** saúda a todos e
364 registra que, como foi dito, houve a participação de dois diretores junto à Comissão Especial da 2ª
365 Conferência, e que A Comissão trabalhou muito. Que deve ser elogiado o empenho deles em
366 organizar o evento num prazo recorde; que acha pequena a discussão “capital x interior”; que em
367 relação aos representantes, houve uma grande discussão se deveria ou não ter a denominação de
368 delegados, como existia na Conferência anterior, ou se seriam representantes; e que no texto final
369 ficou a denominação de representantes; que essa representação se dá de forma proporcional por
370 partir da mesma premissa que é, a partir de uma discussão local, ficar a cargo dos representantes
371 levar, apresentar, defender as propostas na Conferência Regional, contribuindo na sistematização
372 das mesmas para o texto único. O conselheiro titular **ROBERTO MORENO** cumprimenta a todos e
373 diz que pela sua vivência na participação de várias Conferências, o esforço que se fazia nesses
374 eventos era para ver real representatividade daquele lugar. Dentro dessa linha de pensamento,
375 apresenta um rápido exercício que fez sobre os representantes e que entende mais justo, no qual
376 tomou por referência o número total de representantes a serem eleitos nas Conferências
377 Regionais, ou seja, 56 (cinquenta e seis) profissionais distribuindo-os proporcionalmente. Pela sua
378 proposta, a Capital (e Região Metropolitana) ficaria com 30 (trinta) representantes; Bauru ficaria
379 com 2 (dois); Campinas com 6 (seis); Mogi das Cruzes com 1 (hum); Presidente Prudente com 1
380 (hum); Ribeirão Preto com 3 (três); Santos com 2 (dois); ABC com 3 (três); São José dos Campos
381 com (três); São José do Rio Preto com 1 (hum) e Sorocaba com 2 (dois). Como na conta que fez
382 não considerou “décimos”, sobraram vagas que seriam complementadas nas regiões de Mogi das
383 Cruzes que ficaria, assim, com 2 (dois) representantes, para Presidente Prudente que ficaria com
384 2 (dois) representantes e São José do Rio Preto que também ficaria com 2 (dois) representantes.
385 Entende ele que, pela sua proposta, há melhor equilíbrio nas representações, pois a base adotada
386 foram os profissionais efetivamente ativos nas regiões ao invés de faixas conforme proposto pela
387 Comissão. O conselheiro titular **EDER ROBERTO DE SILVA** informa que quer encaminhar
388 contrário ao documento apresentado pela Comissão Especial da 2ª Conferência por entender que
389 devemos ser coerentes com o que estamos construindo, buscando a maior participação de todos;



390 que quando fez a pergunta e pediu esclarecimento preocupava-se com a garantia de ampla
391 participação dos profissionais e sociedade. Apresenta proposta de encaminhamento no sentido de
392 que os representantes das regiões sejam em igual número, e que não sejam conselheiros,
393 enquanto forma de ampliar a participação e a construção do CAU. A conselheira titular
394 **BERTHELINA ALVES COSTA** comenta que quando se escolhe o número de delegados para
395 participar de um evento é sempre polêmico, e isso é natural; contudo, que inicialmente havia
396 entendido que a representação na Conferência seria de delegados, 56 (cinquenta e seis) ao todo,
397 e que o restante dos profissionais e membros da sociedade civil presentes, fariam “pressão” junto
398 aos seus representantes no sentido de votar naquilo que fosse do interesse da região; que pela
399 última explicação feita, o formato não será esse, já que na Conferência Estadual está assegurado
400 o direito de votação de todos os profissionais, representantes ou não. Nesse sentido, entende ela
401 que 2 (dois) representantes seriam suficientes para uma Relatoria. Coloca outra preocupação: que
402 pelo Regimento está dado que a Conferência será de arquitetos e urbanistas, mas se houver
403 espaço, gostaria de defender que ela fosse de Arquitetura e Urbanismo enquanto forma de
404 envolver e incluir a sociedade na discussão. Outra questão que a preocupa, é que a Conferência
405 Regional de São Paulo (que ocorrerá na capital) está marcada para o dia 24/09/2015. Que isso
406 deveria ser objeto de atenção: como realizar esse evento, pelo número de profissionais diante do
407 pouco tempo para convocação, ainda mais sendo um evento programado para ocorrer numa
408 quinta-feira no período da tarde. Acha que está se discutindo a representação de São Paulo com
409 16 (dezesesseis) profissionais e que, se não houver “foco” nessa preparação e convocação, pode
410 ser que nem esse número de arquitetos e urbanistas compareçam. Propõe que, no sentido de
411 poder mobilizar os profissionais, a Conferência Regional de São Paulo seja uma das últimas a se
412 realizar. A conselheira titular **MÁRCIA REGINA DE MORAES DINO DE ALMEIDA** manifesta-se
413 concordando com a preocupação da data para a Conferência Regional de São Paulo, entendendo
414 que ela deva ser adiada, de preferência, como a última a ocorrer. O coordenador da Comissão
415 **RONALD TANIMOTO CELESTINO** informa que, dentro da lógica de sempre ouvir e atender a
416 demanda do plenário em todas as discussões, o que tem sido a tônica da atual presidência do
417 CAU/SP, em reunião rápida com os membros da Comissão realizada durante o presente debate,
418 houve concordância na aceitação da proposta feita pelo conselheiro titular **EDER ROBERTO DE**
419 **SILVA** de 3 (três) representantes por região. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
420 **OLIVEIRA BELLEZA** informa que a Comissão Especial da 2ª Conferência acatou a sugestão do
421 conselheiro titular **EDER ROBERTO DE SILVA** de 3 (três) representantes por região; que colocará
422 em votação o Regimento Interno da 2ª Conferência com as alterações em relação à
423 representação; que colocará em votação também o calendário apresentado dando autonomia para
424 a Comissão Especial da 2ª Conferência, no caso específico da Conferência Regional de São
425 Paulo prevista para ocorrer no dia 24//09/2015, avaliar as ponderações feitas e definir se manterá
426 a data ou proporá nova data, considerando o calendário apresentado. Coloca em votação.
427 Encerrada a votação, houve 45 (quarenta e cinco) votos a favor, 01 (hum) voto contrário e
428 nenhuma abstenção. APROVADO. O conselheiro titular **AFONSO CELSO BUENO MONTEIRO**



429 manifesta sua concordância em relação ao pouco tempo para preparação da Conferência
430 Regional de São Paulo, mas pondera que colocá-la ao final fará com que se perca uma semana
431 para a sistematização. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**
432 passa para o próximo item da ORDEM DO DIA: 2) Concessão de Licença da Conselheira Maria
433 Rita Silveira de Paula Amoroso – ad referendum. Informa que a conselheira titular **MARIA RITA**
434 **SILVEIRA DE PAULA AMOROSO** já havia feito o pedido de licença até 31/12/2015 e que na
435 Sessão Plenária anterior, por falta de quórum, não foi possível fazer a aprovação. Coloca em
436 votação. Encerrada a votação, houve 39 (trinta e nove) votos a favor, nenhum voto contrário e
437 nenhuma abstenção. APROVADO. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
438 **BELLEZA** comunica que acabou não dando o Informe do Presidente e precisa transmitir algumas
439 informações aos conselheiros: 1) que conforme orientação do TCU, está no site do CAU/SP todas
440 as informações referentes aos salários dos funcionários, despesas com conselheiros incluindo
441 diárias e deslocamentos, os locais que foram visitados, enfim, todas as informações relativas às
442 despesas e arrecadação estão no site do Conselho; 2) que será criado um GT de Arquitetura da
443 Iluminação, pois está havendo uma grande participação de colegas nessa área, que é muito
444 importante. Abre aos conselheiros que tiverem sugestão de profissionais que efetivamente tenham
445 conhecimento e especialidade nessa área, para que encaminhem à presidência como sugestão
446 para que, até a próxima Plenária, esse GT possa ser constituído; 3) que ocorreu um Seminário
447 organizado pela Comissão de Ensino, a cerca de uma semana atrás, onde foram convidados os
448 coordenadores de curso de todo o Estado para discutir a Resolução 51 e os currículos das escolas
449 de arquitetura e urbanismo. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
450 **BELLEZA** coloca em discussão o próximo item da ORDEM DO DIA: 3) Informe da Comissão
451 Permanente de Legislação e Normas e passa a palavra ao conselheiro titular **LÚCIO GOMES**
452 **MACHADO**, que inicia comunicando aos presentes que o coordenador da CPLN conselheiro titular
453 **MARCELO MARTINS BARRACHI** não pode estar presente hoje na Plenária e que ele,
454 coordenador adjunto daquela Comissão, dará os informes. Comunica que houve uma reunião com
455 a coordenadora da Comissão de Organização e Administração - COA do CAU/BR, conselheira
456 federal Gislaire Saibro, relativo ao Regimento Interno do CAU/SP; que como é do conhecimento
457 de todos, o nosso Regimento está parado no CAU/BR porque na primeira análise feita, ele não
458 pode ser aprovado. Destaca que o que vai falar não é, de maneira nenhuma uma crítica à quem
459 quer que seja, pois ele estava aqui desde o começo e participou, tanto da aprovação do primeiro
460 Regimento, quanto de sua revisão. Coloca que, segundo a análise feita, o nosso Regimento
461 apresenta um erro de critério básico que confunde as funções de conselheiro com as funções de
462 executivo. Lembra que somos uma autarquia, que por especial organização, é um Conselho. No
463 entanto, ela tem funções executivas que são as de fiscalização, de administração, de finanças,
464 entre outras. O que consta no nosso Regimento é que, conselheiros que foram eleitos para serem
465 conselheiros, venham a assumir funções executivas, o que contradiz o próprio nome, pois ele é
466 conselheiro, e não executivo. Comenta que toda a organização de todos os de Conselhos dos
467 CAUs/UF devem ser mais ou menos semelhantes, tendo pontos em comum e que há um



468 entendimento de que pelo menos uma faixa média do organograma, das gerências por exemplo,
469 seja semelhante em todos os Conselhos, e que a direção efetiva, executiva, seja feita por um
470 gerente geral ou qualquer outro nome que se dê para isso. Que nessa concepção, não há
471 diretores conselheiros por confundir a função de conselheiro, portanto “*pro-bono*”, com uma função
472 executiva que necessariamente deve ser remunerada. Além disso, ninguém foi eleito para isso e
473 não consta na lei que nos cria. Nesse sentido, pela complexidade e porte do CAU/SP que contém
474 cerca da metade dos profissionais do Brasil, a sugestão feita pela COA-CAU/BR foi que, para
475 cada atividade, tais como finanças, administração, fiscalização, exercício profissional, etc., que
476 possui hoje um diretor, haja um gerente executivo, concursado ou não, e seja instituída para
477 orientá-lo, dirigi-lo, assessorá-lo, ou coisa que o valha, um Comitê composto por, por exemplo, 3
478 (três) conselheiros que não tem função executiva. O entendimento da COA-CAU/BR é de que, na
479 nossa circunstância, pode ser movida ação trabalhista contra o CAU devido ao exercício de função
480 executiva, dentro de uma hierarquia, num local de trabalho, em alguns dias por semana, enfim,
481 que há uma configuração de passivo trabalhista. Destaca que aquilo que foi feito foi ótimo, pois
482 precisávamos fazer funcionar o Conselho, e se estamos hoje aqui é porque houve essa
483 disposição, só que agora é necessário fazer ajustes, e que esse processo não será fácil, pois será
484 necessário que a CPLN comece do zero, dentro do novo conceito. Comenta que no CAU não há
485 nenhum outro caso similar. Finalizado o informe, o Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES**
486 **DE OLIVEIRA BELLEZA** abre a palavra. O conselheiro titular **RUY DOS SANTOS PINTO**
487 **JUNIOR** comenta que essa notícia veio a calhar pois entende que aos conselheiros cabe dar as
488 diretrizes, ficando a execução a cargo dos funcionários de carreira ou de quem quer que seja. O
489 conselheiro titular **MÁRIO YOSHINAGA** agradece a manifestação dos conselheiros por ocasião do
490 período em que ficou hospitalizado. Comenta que como está participando do GT Urbanismo e
491 Plano Diretor, ficou preocupado que, desde a primeira reunião, ao mesmo tempo em que os
492 membros “saboreavam” as discussões acerca do assunto, ficavam preocupados pela pouca
493 importância que é dada a atividade do urbanismo que, principalmente no ambiente público, vem
494 cada vez mais sendo deteriorada. Que foram fechados vários departamentos de urbanismo e que
495 alguns locais transformaram Secretaria de Planejamento em Planejamento Estratégico, ou outros
496 “planejamentos” sem incluir o Planejamento Urbano. Que diante disso, entende que o CAU/SP
497 deve dar maior ênfase na discussão relacionada ao urbanismo, pois a grande infelicidade das
498 pessoas nos dias de hoje, nas cidades, é a falta de uma cidade organizada. Que são perdas
499 enormes em todos os sentidos; que quando se fala em acessibilidade, por exemplo, o que está
500 sendo tratado é em termos de tráfego, e que isso não pode ser visto de forma isolada, pois os
501 maiores especialistas em tráfego dizem que isso tem que ser pensado junto com o uso do solo.
502 Que Curitiba deu um bom exemplo em relação a isso, pois todo o sistema básico deles está muito
503 ligado à densidade ao longo das vias, o que permite negociar inclusive as tarifas; que, portanto, as
504 coisas estão muito ligadas. Entende ele que, futuramente, ao invés de um GT, fosse criada uma
505 Comissão, assim como existe, por exemplo, a Comissão de Ensino. A conselheira titular
506 **BERTHELINA ALVES COSTA** comenta que, no seu entendimento, estamos num momento em



507 que os arquitetos todos estão esperando muito do Conselho. Nesse sentido, reitera pedido já
508 encaminhado algumas vezes à Direção do CAU/SP para que fizesse um comunicado ao
509 Secretário Estadual de Habitação, ao Presidente do GRAPROHAB, ao Presidente da CDHU e às
510 áreas jurídicas nos apresentando. Não se trata de notificação e sim de Apresentação do Conselho
511 de forma institucional a esses órgãos, informando-os quem somos, o que nos cabe, que temos
512 uma legislação própria, etc., pois quando os profissionais arquitetos e urbanistas que trabalham
513 nesses órgãos fazem uma solicitação de RRT de projeto, vem uma reação de que não é
514 necessário, pois há argumentação de que é direito adquirido. Acha que é importante o CAU/SP se
515 colocar e se apresentar para outros organismos do Estado, pois fizemos isso com as prefeituras,
516 mas no Estado também precisa ser feito. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
517 **OLIVEIRA BELLEZA** agradece a fala da conselheira e lembra de um informe que acabou não
518 dando, relacionado ao que foi dito: de que no dia 22/09/2015 haverá um evento no SINAENCO,
519 em conjunto com a AsBEA e o CAU/SP onde será feita uma apresentação aos escritórios a
520 respeito do recolhimento dos RRTs e preenchimento dos CATs; e que na parte da tarde, através
521 do GT de Exercício Profissional haverá uma reunião com 43 (quarenta e três) entidades e
522 autarquias do Estado de São Paulo, para a qual foi convidado inclusive o CDHU, para que seja
523 apresentada a Tabela de Honorários do CAU. O conselheiro federal suplente do CAU/BR por São
524 Paulo **LUIZ AUGUSTO CONTIER** informa que está encaminhando uma solicitação ao CAU/BR e
525 queria dar ciência aos conselheiros; que a solicitação é referente ao RRT Extemporâneo, que
526 custa cerca de três vezes mais caro do que o RRT Simples; que é razoável que aquele
527 profissional que não fez na época, ao fazê-lo agora pague alguma diferença. Ocorre que, quando
528 se faz um RRT Derivado de uma ART, não há custo algum. Lembra que na época do CREA,
529 quando era recolhida uma ART, o cálculo do valor se dava com base no valor do serviço; que a
530 ART era um imposto disfarçado que não poderia ser cobrado, já que somente ao Estado cabe
531 cobrar imposto, enquanto que os Conselhos cobram taxa; que naquela época, em um projeto feito
532 por seu escritório, pensou em recolher ART de equipe para 4 (quatro) profissionais que
533 participaram do projeto, o que custaria, na época, R\$ 800,00 (oitocentos reais) cada uma; que pelo
534 custo foi recolhido apenas a ART do profissional responsável, ficando os demais sem aquela
535 qualificação. Observa que hoje, se desejar tirar um RRT Derivado daqueles profissionais que
536 trabalharam naquele projeto, esses RRTs terão que ser Extemporâneos, sendo que o motivo que
537 originou o não recolhimento à época não foi omissão e sim o custo elevado das ARTs; e que pelo
538 atual formato de emissão de RRT Extemporâneo, também continua caro. Que diante da situação
539 descrita, está solicitando para que RRTs calcada em ARTs, tenham um tratamento diferente pelo
540 CAU. Informa que está comunicando aos conselheiros que entrará com representação junto ao
541 CAU/BR no sentido de pedir apoio do CAU/SP, nesse pleito. O Presidente **GILBERTO SILVA**
542 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** agradece a fala do conselheiro federal suplente e
543 comenta situação parecida encaminhada à Ouvidoria do CAU/SP por uma colega que fez uma
544 atividade de paisagismo que, na época, não existia no CREA quando da execução do serviço, o
545 que a impossibilitou de recolher uma ART naquela ocasião; que no CAU, ela verificou que havia a



546 atividade e quis fazer o recolhimento de um RRT, que no caso, deve ser um RRT Extemporâneo
547 onde além do valor maior, incidem multas. Que essas situações precisam ser apontadas para o
548 CAU/BR de forma a que sejam feitas as correções necessárias. O Presidente **GILBERTO SILVA**
549 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** pergunta ao Vice-presidente **VALDIR BERGAMINI** e ao
550 Ouvidor do CAU/SP **AFFONSO RISI** se querem fazer uso da palavra. Como ambos declinam, o
551 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** agradece a presença de
552 todos e encerra a Sessão Plenária.

553 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**
554 **Presidente do CAU/SP**